



**27 de abril de 2012**

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

## **CORREIO BRAZILIENSE**

### **ENERGIA CARA IMPEDE DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

No período 2002-2012, as tarifas elétricas subiram 100% e a tendência é de reajuste de mais 25% no próximo decênio. Segundo recentes estudos, a tarifa industrial do consumo de eletricidade alcançou R\$ 329/ megawatt-hora (MWh), 53% da média global. A tarifa nos EUA encontra-se em R\$ 117/MWh.

Os tributos pagos no consumo industrial da eletricidade estão perto de 40%. Os impostos principais são Pis/Cofins e ICMS, com alíquotas de 9% e 25%, respectivamente. A produção industrial brasileira, dessa forma, não é mais competitiva, eis que, além de as empresas pagarem a energia elétrica mais cara do universo, convivem com as exorbitantes tarifas de telecomunicação e pagam alto valor por mão de obra especializada, cada vez mais rara entre nós.

Na Alemanha, a tarifa industrial custa R\$ 213 MWh; na Índia, R\$ 188; na China, R\$ 142. Dessa forma, há enorme contradição, pois a matriz energética brasileira foi concebida e baseada, fundamentalmente, na geração das usinas hidroelétricas, mais econômicas, quando comparadas com outras fontes produtoras, e já com investimentos amortizados. Para alcançar os valores dos países mais eficientes na produção de eletricidade, o custo da energia (geração, transmissão e distribuição) deveria ser reduzido em mais de 35%.

Quanto às concessões das usinas hidroelétricas, que vencem em 2015, o governo está decidido à prorrogação por mais três décadas. Em contrapartida, será exigida a concessão de desconto às tarifas elétricas e redução dos valores. Significativo número de especialistas assevera que os preços da eletricidade ficarão, cada vez mais, dependentes da intensidade das chuvas. Isso fará que tenhamos mais investimentos, doravante, em usinas térmicas, embora mais caras e poluentes que as hidroelétricas. Mesmo com a insensibilidade demonstrada por alguns governos estaduais, está em análise no Congresso Nacional a possibilidade de redução do ICMS incidente na tarifa elétrica.

Mais uma vez, a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3, estimada em R\$ 1,9 bilhão, deverá ser postergada. Com a implantação do horário de verão, a economia de eletricidade, em

fevereiro deste ano, alcançou R\$ 160 milhões e, ademais, não houve a necessidade do emprego das termoeletricas. As pequenas centrais elétricas, que o governo deseja incrementar, deverão produzir, até 2015, 1,5 mil MW; e as térmicas movidas a biomassa (bagaço de cana), 1,4 mil MW, enquanto as eólicas, perto de 1,2 mil MW. Ainda é muito pouco, diante do fantástico potencial, notadamente da biomassa, que poderia oferecer perto de 15 mil MW, com o emprego de tecnologia convencional.

O Centro-Oeste brasileiro foi a região que mais consumiu eletricidade no 1º trimestre deste ano, em decorrência da instalação de uma planta industrial de ferro níquel em Goiás e de frigoríficos em Mato Grosso. Sessenta e quatro distribuidoras asseguram, hoje, a regularidade do fornecimento de eletricidade às indústrias, ao comércio, aos serviços e aos domicílios. Elas enviam as contas aos usuários em consonância com a política estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Se a demanda de eletricidade exceder a 3MW (conta equivalente a R\$ 500 mil mensais), o usuário poderá negociar, diretamente, com a distribuidora, fora da sua área de abastecimento, com a assessoria de uma corretora. No caso, as tarifas são comercializadas livremente. Existem situações em que a empresa consumidora gasta mais eletricidade que o montante contratado. Na hipótese, poderá ir ao mercado spot, a fim de negociar as suas necessidades.

Quanto ao consumo de combustíveis, apesar do reduzido crescimento do PIB em 2011 (2,7%), continua a crescer, razoavelmente, totalizando 19% de gasolina em relação a 2010 e 5% de diesel, acumulando as importações em cerca de 60 milhões de barris. A maior dependência externa dos derivados do petróleo é decorrente da limitação das refinarias da Petrobras, praticamente operando na sua capacidade máxima. Até que sejam construídas as novas unidades de refino, o país continuará trazendo do exterior grandes quantidades dos combustíveis, com preços ascendentes e o barril do petróleo de boa qualidade já superando US\$ 125/barril, diante da ameaça do conflito bélico no Irã.

O setor energético brasileiro é carecedor de uma estratégia nacional, voltada à superação dos obstáculos existentes de várias razões. Inclusive, está sendo recomendada à presidente Dilma, que goza de crescente aprovação nacional, a reorganização da Comissão Nacional de Energia, diretamente subordinada a ela, visando conceder à nação a eletricidade e os combustíveis necessários, sem a excessiva oneração de tributos, a fim de assegurar o desejado desenvolvimento sustentável.

**Fonte: Correio Braziliense**

**Autor: Luiz Gonzaga Bertelli**

**Data: 16/04/2012**

ECONÔMICO  
**Valor**

## **ESPECIAL ALUMÍNIO**

*Indústria colhe frutos com expansão da economia brasileira, mas corre risco de desenvolvimento sem controle.*

### **Metal Multiuso**

A indústria brasileira de alumínio colhe bons frutos com a expansão econômica do país, mas pode enfrentar, no curto prazo, os riscos de um desenvolvimento sem controle. Beneficiada pelos fortes ventos que impulsionam eventos esportivos e projetos de crescimento nas áreas de

construção civil, eletricidade, transportes e bens de consumo, a demanda por alumínio só tende a crescer. No ano passado, o consumo doméstico de produtos transformados de alumínio foi de 1,4 milhão de toneladas, 8,2% a mais do que em 2010.

A expectativa para este ano é de um aumento de 4,8%, atingindo o nível de 1,5 milhão de toneladas. Em contrapartida, a produção de alumínio primário dos cinco principais fabricantes (Albrás, Alcoa, BHP Bilton, Novelis e Votorantim Metais) caiu 6,2% - passou de 1,536 milhão de toneladas, para 1,440 milhão de toneladas. Em 2012, a previsão é de um acréscimo de 46,1 mil toneladas.

"Estamos nos aproximando, perigosamente, do pico da capacidade de suprimento de alumínio primário da nossa indústria. Se o governo não estimular os investimentos em toda a cadeia de produção do alumínio, corremos o risco de passar, nos próximos anos, de exportador para importador de alumínio primário, e o pior, ver o nosso mercado interno abarrotado por todo tipo de produtos acabados do exterior, que estão entrando descontroladamente", adverte Adjarma Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Alumínio (Abal).

Os temores não são infundados, afirma. Os investimentos no setor de alumínio, que em 2006 estavam na faixa de R\$ 5 bilhões, despencaram para R\$ 2 bilhões.

"Na área de suprimento de alumínio primário, a indústria sofre diretamente o impacto do custo de energia", afirma. Em 2008, assinala o executivo, o Brasil chegou a produzir 1,860 milhão de toneladas de alumínio primário. "Neste ano, deveremos produzir 1,486 milhão de toneladas. É uma queda acentuada", diz.

Algumas indústrias, por conta de investimentos que fizeram na área de transformação nos últimos dois anos, ainda se mantêm em posição bastante competitiva. É o caso da Votorantim Metais-Companhia Brasileira de Alumínio (VM-CBA), que opera no município de Alumínio (SP) de forma totalmente integrada (processa a bauxita e fabrica produtos fundidos e transformados num mesmo local).

Ela gera 80% de toda a energia que consome e atua hoje com capacidade de produção de 520 mil toneladas por ano, 450 mil toneladas de alumínio primário e 70 mil toneladas de produtos reciclados. "Temos nossa própria matéria-prima, uma boa localização, no Sudeste, que responde por 70% do consumo de alumínio, e continuamos crescendo a taxas de 7% a 8% ao ano, que é um ritmo típico de uma indústria chinesa", diz João Bosco Silva, diretor-superintendente da VM-CBA.

Metade de tudo o que a empresa produz hoje, de acordo com o executivo, é de produtos transformados. "Se o mercado interno crescer mais, vamos parar de exportar (hoje apenas 15% do total), transformar os produtos fundidos em transformados e investir mais na área de transformação. O objetivo é atender a clientela local", diz.

A Alcoa, outra grande integradora de alumínio no país, investiu fortemente nos últimos dez anos, aplicando cerca de US\$ 5 bilhões nos projetos de expansão de sua unidade em São Luís (MA), na construção de uma mina de bauxita em Juruti (PA) e em quatro usinas hidrelétricas, que garantem à empresa cerca de 70% de autossuficiência na geração de energia.

Seu faturamento saiu de US\$ 1,6 bilhão em 2010 para US\$ 2 bilhões em 2011. "Em 2011, US\$ 280 milhões foram destinados à consolidação dos investimentos da companhia em expansão das operações e em energia elétrica. Para este ano, mesmo diante de um cenário mundial adverso no tocante à indústria do alumínio, estamos aplicando aproximadamente US\$ 100 milhões no Brasil, dos

quais US\$ 60 milhões na Usina Hidrelétrica de Estreito", informa Franklin L. Feder, CEO da Alcoa América Latina e Caribe.

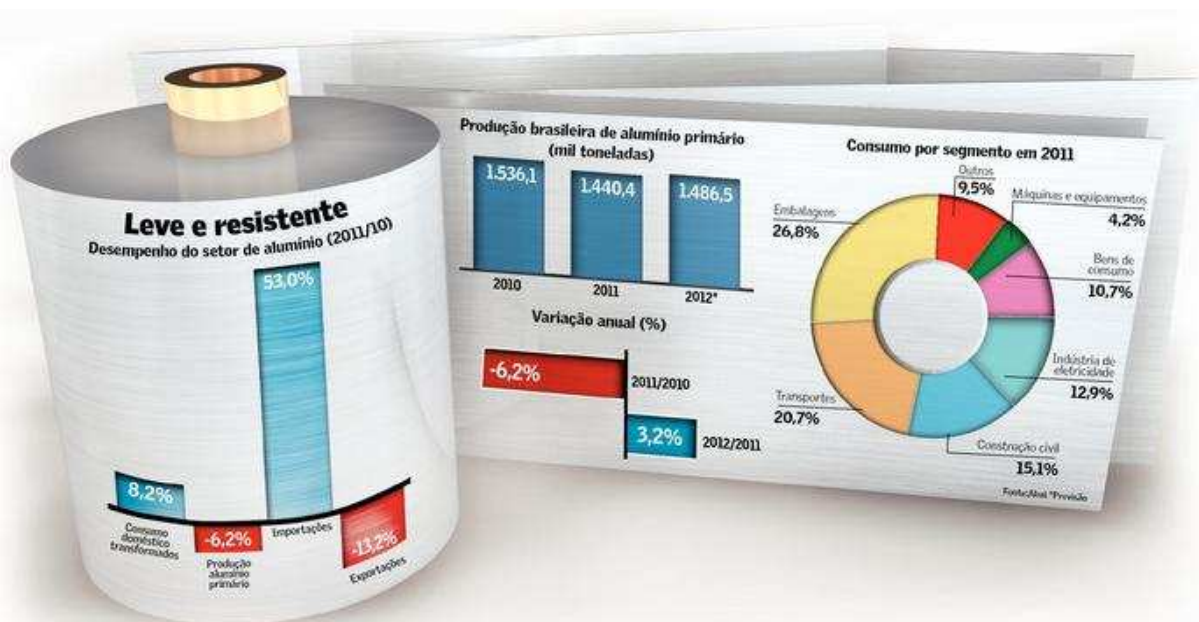
Basicamente uma empresa transformadora de alumínio, a Novelis também investiu pesado, recentemente, para atender à expansão do mercado doméstico. Nos últimos três anos, a empresa aplicou cerca de US\$ 450 milhões para aumentar de 450 mil toneladas para 600 mil toneladas por ano a capacidade de sua unidade de produção de laminados de alumínio, em Pindamonhangaba (SP).

É a maior fábrica da empresa no continente, que vai atender à crescente demanda por chapas de alumínio, principalmente no setor de bebidas, que aumenta 10% ao ano. "Estamos nos preparando para dobrar a capacidade de reciclagem de latinhas de 250 toneladas para 300 toneladas por ano, além de abrir uma nova linha de produção para tampas de latas de refrigerantes", indica Marco Antonio Palmieri, presidente da Novelis para a América do Sul.

As apostas da indústria no crescimento não escondem as preocupações. "O Brasil se transformou num país caro para se produzir", resume Palmieri. "O custo de energia, da mão de obra, por exemplo, subiram muito nos últimos anos. E a infraestrutura logística, de estradas e portos, é deficitária, além de termos uma carga tributária complexa e pesada", afirma. Estudos realizados pela Abal mostram que o preço da energia média, mundial, para a produção de alumínio é de US\$ 40 por MW/h, enquanto no Brasil esse valor é de US\$ 58 por MW/h.

Segundo Feder, há alguns anos os contratos de compra de energia que a Alcoa tinha no Brasil estavam entre os melhores custos da companhia no mundo. Hoje, certamente, estão entre os mais caros, indica.

Há desvantagens tarifárias também. A tarifa de proteção às importações no Brasil está alinhada aos países mais competitivos, em torno de 12%. "Mas os produtores nacionais têm que pagar PIS e Cofins", diz João Bosco, da VM.



### Importados Preocupam os Fabricantes de Fios e Cabos

Os fabricantes brasileiros de fios e cabos elétricos baseados em alumínio têm o que comemorar, mas também se preocupam com o futuro e com as importações da China.

No cenário de crescimento do consumo de produtos transformados de alumínio, que no ano passado apresentou um avanço de 8,2%, com 1,451 milhão de toneladas, o segmento de fios e cabos foi o grande destaque, com 167,4 mil toneladas. Isso correspondeu a 11,5% do total do consumo de produtos de alumínio pelo mercado doméstico.

Foi um desempenho recorde, 58,7% maior do que o registrado em 2010, também recorde, de 105 mil toneladas (nos anos anteriores a produção estava no patamar de 80 mil toneladas).

Mas nada foi gratuito, segundo Roberto Seta, coordenador do grupo setorial de fios e cabos de alumínio da Associação Brasileira de Alumínio (Abal) e diretor da empresa americana Phelps Dodge e do Sindicel (Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos do Estado de São Paulo).

Pelo menos dois fatores explicam a explosão de demanda, de acordo com o executivo. Um deles é o programa Luz para Todos, do governo federal, que apesar de ter diminuído seu ritmo no último ano ainda manteve um volume considerável de investimentos. O outro fator são as linhas de transmissão que estão sendo construídas para levar energia das hidrelétricas de Jirau e de Santo Antonio, no rio Madeira, para o Sul, e de Tucuruí para Macapá (AP) e Manaus (AM).

"São grandes linhas de transmissão, que elevaram bastante a capacidade dos negócios com cabos de alumínio em 2011", diz Seta. O alumínio, explica, é o produto mais indicado para linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, pelo peso específico - um terço do peso do cobre -, e pela sua estrutura, que o torna mais barato.

A capacidade instalada dos fabricantes brasileiros de fios e cabos de alumínio é hoje 190 mil toneladas/ano. "Mesmo com essa explosão de demanda no ano passado, nós atingimos 88% da nossa capacidade instalada. Estamos no limite, mas ainda dentro das possibilidades de produção do mercado doméstico", afirma.

O setor tem feito investimentos em suas plantas fabris, o que possibilita um condição de competitividade melhor hoje, avalia Seta. A Phelps Dodge tem feito ações nesse sentido e até tem planos de construir mais uma nova planta industrial em Poços de Caldas.

A Wirex, outra fabricante de fios e cabos elétricos, está investindo R\$ 10 milhões na modernização de capital fixo e na compra de novas máquinas, para ampliar a capacidade produtiva (de 5 mil toneladas anuais de cabos de alumínio) em 20%.

Mas o setor está preocupado com o avanço das importações de cabos. De acordo com Seta, em 2010, as importações de cabos de alumínio foram de 7 mil toneladas. Já em m 2011, atingiram 27 mil toneladas, um crescimento considerável. "A indústria nacional é competitiva, mas enfrenta uma competição desleal dos produtos importados. Os importadores usam benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus ou de outros espaços alfandegados. Isso dá uma diferença de preços de até 30%", comenta. "Sem falar do câmbio e do custo de energia".

Outra situação que aflige os fabricantes brasileiros de fios e cabos é o avanço das empresas chinesas no país. "Algumas empresas já conquistaram até concessão para construção de linhas de transmissão, o que afeta nossas possibilidades de operar e pode aumentar a importação de produtos chineses", destaca.

Ele se refere ao consórcio da estatal chinesa State Grid com a Copel, do Paraná, que arrematou a licitação para construção das linhas de transmissão das usinas do complexo hidrelétrico

composto por três usinas no Rio Teles Pires, em Mato Grosso. É um volume de negócios de 60 mil toneladas, assinala Seta. "Se a estatal chinesa decidir importar cabos da China, vai afetar seriamente a produção nacional", diz o dirigente da Abal.

### **Queda nas Exportações Preocupa**

País perde espaço no mercado externo por falta de competitividade. Não há como esconder: o Brasil está praticamente alijado das exportações de alumínio. Pelo menos é essa a avaliação de Adjarma Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Alumínio (Abal). As estatísticas da entidade confirmam essa tendência, segundo ele. Em 2011, em volume, as exportações de alumínio e seus produtos somaram 654,7 mil toneladas, queda de 13,2% em relação a 2010. Em valores, o saldo ainda foi positivo. As exportações da indústria - incluídos o alumínio e seus insumos, a alumina e a bauxita - totalizaram US\$ 4,48 bilhões (FOB) em 2011 contra US\$ 3,93 bilhões no ano anterior, aumento de 14,2%.

Se forem consideradas apenas as exportações de alumínio e seus produtos, o quadro se manteve praticamente estável: US\$ 1,94 bilhão (FOB) em 2010, contra US\$ 1,978 bilhão (FOB) em 2011. E a participação das exportações do alumínio no total das exportações brasileiras, caiu de 1,9% em 2010 para 1,8% em 2011. "Ou seja, o Brasil, que era um exportador, nos últimos cinco anos, passou a internalizar cada vez mais o alumínio que era vendido no exterior, para atender o mercado doméstico."

Um exemplo é o da Votorantim Metais, do grupo Votorantim que investiu R\$ 400 milhões para melhorar a capacidade de produção - prensas de extrusão, laminação, incluindo mineração de bauxita. Alcançou uma capacidade de produção de 520 mil toneladas de alumínio primário e produtos transformados, mas nos últimos anos mudou seu posicionamento estratégico. Há três anos, a VM exportava 40% de sua produção. As vendas externas, basicamente de produtos fundidos, estão reduzidas a 15% do total. "Nosso objetivo primordial é atender o mercado interno", diz João Bosco Silva, diretor-superintendente da VM.

O país perde mais espaço no mercado internacional por falta de competitividade dos produtos, segundo Silva. "Nosso mercado é definido pelo mercado global e existem fatores estruturais no Brasil que certamente impedem a competitividade da indústria brasileira. O preço do alumínio, por exemplo, na Bolsa de Londres, em 2003 era de R\$ 4.917 a tonelada, e em 2012, o valor caiu para R\$ 3.918 por tonelada, queda de 19% em reais. Mas a energia elétrica, que custava R\$ 103 por MW/h, hoje custa R\$ 248,00 MW/h. Isso nos tira qualquer possibilidade de concorrer no mercado internacional."

A situação abre espaço para o aumento das importações. Em 2011, as importações de alumínio somaram 412,2 mil toneladas, mais 53% em relação a 2010. "O consumo brasileiro de alumínio tem crescido nos últimos anos, o que atrai a atenção de outros países, sobretudo da China", diz Mauro Moreno, coordenador da comissão de economia e estatística da Abal. "Nossa preocupação é com a parcela do mercado que será suprida pelos produtos importados." A importação de matérias-primas cresceu 98%, mas o país consegue atender seu mercado interno, mas já importa alumínio primário. "A indústria de manufatura brasileira investiu na produção de chapas, folhas, cabos elétricos e outros produtos para o setor de construção civil, mas produtos acabados são trazidos de países da Ásia em melhores condições de competitividade."

O custo da energia é um fator de desequilíbrio, mas não é o único, segundo os empresários. A carga tributária e a política fiscal dificultam a competitividade. Para o presidente da Abal, a expectativa da indústria é que este cenário venha a ser alterado com as discussões que o empresariado vem mantendo com o governo. Segundo ele, a Abal apresentou ao grupo de trabalho

criado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio (MDIC) informações relacionadas à competitividade da indústria do alumínio e sugestões para a formação de uma política industrial para o setor. "Para suportar um novo ciclo de expansão, o país precisaria investir R\$ 20 bilhões na área de alumínio e semifaturados. Se isso não acontecer, a demanda será atendida pelas importações."

### **Exportações Chinesas para o Brasil Cobram de Tamanho**

A China praticamente dobrou suas exportações de alumínio para o Brasil, entre 2010 e 2011. Passaram de 45,7 mil toneladas, para 81,8 mil toneladas. A participação do produto chinês no total das importações brasileiras de alumínio também, igualmente, cresceu 24,3%. "Apesar do elevado custo de transporte de alguns produtos de baixo valor agregado, como as painéis, por exemplo, por conta da situação cambial e da ação comercial bastante agressiva da China, esses produtos acabaram ficando mais baratos que o produto nacional. E desde 2009 eles estão entrando mais facilmente no mercado brasileiro", indica Fernando Garcia, consultor da Associação Brasileira de Alumínio.

Segundo ele, a China é um dos maiores produtores mundiais de alumínio primário, mas faz grandes restrições às exportações da matéria-prima. "O governo chinês cobra um imposto muito pesado para quem exportar alumínio primário. A política governamental é importar alumina de países produtores, como o Brasil, beneficiá-la dentro do país e exportar o produto com maior grau de industrialização possível. Eles entraram pesado no segmento de produtos transformados de alumínio."

Um estudo feito no ano passado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para orientar uma série de sugestões da Abal para definição de uma política de governo aponta dois fatores que atuaram pesadamente no custo de produção da indústria brasileira: o aumento da energia e o aumento do custo de mão de obra. São fatores que têm uma componente de elevação de custo natural, segundo o professor Garcia. "No final da década, nossas usinas hidrelétricas tiveram um custo de investimento maior que no passado, mas elas têm um impacto muito grande também dos custos de tributação e encargos da energia e da mão de obra", diz.

Segundo Garcia, de 2006 a 2011, houve um aumento das importações de produtos de alumínio de 170%. As exportações de produtos de alumínio brasileiros para o resto do mundo, em toneladas, caíram 42%. "Temos, então, as importações até meados de 2011 crescendo R\$ 1,1 bilhão e as exportações caindo R\$ 493 milhões. Isso significa que tivemos uma perda no comércio no valor de R\$ 2 bilhões, em cinco anos", assinala.

**Fonte: Valor Econômico**

**Autor: Genilson Cezar**

**Data: 23/04/2012**



## **PREÇO DO MINÉRIO À VISTA DEVE FICAR ACIMA DE US\$ 100 ATÉ 2015**

Para o banco Barclays, o mercado de minério de ferro deve seguir apertado até 2015, com preços à vista acima de US\$ 100 a tonelada métrica. Em relatório de hoje, os analistas Leonardo Correa, Pedro Grimaldi e Luiz Fornari afirmam que, embora existam riscos relacionados à demanda na China, especialmente vinculados ao mercado imobiliário, a expectativa ainda é a de que a produção de aço bruto naquele país cresça a taxas de 4% por ano no intervalo.

“Um crescimento anual de 4% na produção de aço bruto em 2012 requer aproximadamente 40 milhões de toneladas adicionais de minério de ferro. Acreditamos que o mercado ficará subofertado até 2013 e mostrará apenas modestos excedentes entre 2014 e 2015, o que não deve permitir que os preços do minério de ferro caiam abaixo de US\$ 100 a tonelada métrica no mercado à vista”, afirmam.

Os especialistas afirmam ainda que, embora a China seja um produtor de minério de ferro de porte razoável, os volumes ainda não são suficientes — a dependência em relação às importações chega a 70% — e mais de 30% das minas locais tem custos de produção acima de US\$ 120 a tonelada. “Uma vez que a China é uma fornecedora marginal no setor e várias minas sejam movidas por subsídios governamentais, podemos esperar que o alto custo de produção sustente preços de venda elevados por anos”, avaliam.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 18/04/2012**



## **ANGLOGOLD VAI ÀS COMPRAS E QUER DOBRAR PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL**

A sul-africana AngloGold Ashanti, terceira maior produtora de ouro do mundo, planeja ir às compras no Brasil. A intenção é ampliar a produção local para 1 milhão de onças-troy (medida usada pelas mineradoras de ouro, equivalente a 31,1 gramas) até 2018.

Até 2012, a AngloGold espera elevar o volume produzido de 500 mil onças em 2012, elevando para 700 mil onças em 2016. A mineradora depende, porém, de descobertas e compra de ativos para expandir sua produção, disse o presidente da companhia, Mark Cutifani. Empresas de pequeno porte estão no radar da AngloGold, porque os ativos da indústria do ouro estão “subvalorizados”, disse ele.

A AngloGold e competidores estão elevando suas capacidades produtivas para aproveitar preços recordes de ouro, que vêm registrando altas contínuas nos últimos 11 anos. A companhia, sediada em Joanesburgo, está procurando o metal em países como Brasil e Colômbia para compensar o envelhecimento das reservas do metal na África do Sul.

Apesar de intensificar as buscas por novas jazidas no Brasil, a AngloGold informou não estar interessada na Jaguar Mining, uma operadora de minas de ouro no Brasil que foi alvo de aquisição em novembro, pela Shandong Gold, disse Cutifani.

### **Metal em alta**

O ouro deve subir para cerca de US\$ 1,8 mil a onça até o fim do ano, após atingir US\$ 2 mil a onça neste ano, devido a receios de desaceleração econômica nos Estados Unidos e Europa, disse Cutifani.

O contrato futuro com vencimento em junho subiu 0,1%, para US\$ 1,651 mil a onça na bolsa de commodities de Nova York.

A AngloGold Ashanti é uma das maiores produtoras de ouro do mundo e tem operações em dez países.

**Fonte: Brasil Econômico**

**Data: 19/04/2012**



## **NIÓBIO: CADE APROVA VENDA DE 15% DA CBMM**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, por unanimidade, a venda de 15% da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para o Citic Group, Anshan Iron & Steel, Baosteel, Shougang e Tisco. Fechado em setembro de 2011, o valor da operação foi de US\$ 1,95 bilhão. A CBMM produz nióbio, que é utilizado na indústria automotiva, de alta tecnologia eletrônica entre outros segmentos.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 18/04/2012**



## **PRODUÇÃO DE NÍQUEL DA ANGLO AMERICAN NO BRASIL AUMENTA 97%**

A Anglo American, uma das maiores mineradoras do mundo, acaba de anunciar os resultados do primeiro trimestre. A empresa aumentou em 97% a sua produção de níquel contido em ferroníquel no Brasil, passando de 6.100 toneladas no primeiro trimestre do ano passado para 12.000 toneladas no primeiro trimestre de 2012. Em comparação com o último trimestre de 2011, período em que a produção foi de 9.900 toneladas, o crescimento foi de 21%. Esses dados são atribuídos principalmente à contribuição da Operação Barro Alto, em Goiás, que teve a sua primeira corrida de metal em março de 2011 e continua em processo de ramp up. A planta industrial operou em 70% da sua capacidade durante o primeiro trimestre deste ano.

Os três projetos estratégicos da Anglo American entregues em 2011, Barro Alto, Kolomela e Los Bronces, estão seguindo normalmente com seus ramp ups, atingindo de 74% a 86% de sua capacidade total durante o trimestre.

Em sua divisão de Exploração e Novos Negócios, a Anglo American plc. investiu US\$ 140 milhões nos três primeiros meses deste ano, um aumento de 30% em relação ao mesmo período de 2011. Esse crescimento é atribuído às pesquisas de exploração de níquel, cobre e polimetálicos.

A Anglo American é uma das maiores companhias de mineração do mundo, com sede no Reino Unido e ações negociadas nas bolsas de Londres e Johannesburgo. Seu portfólio de negócios abrange commodities de alto volume – minério de ferro e manganês; carvão metalúrgico e carvão

mineral; metais básicos – cobre e níquel; e metais e minerais preciosos – nos quais é líder global em platina e em diamantes.

A empresa atua no Brasil desde 1973 e hoje está presente no País com quatro commodities: Minério de Ferro, com o Minas-Rio, o maior projeto de exploração de minério de ferro em desenvolvimento no mundo; Níquel, com operações nos municípios de Barro Alto e Niquelândia, em Goiás; Fosfato (Copebrás), com as operações nos municípios de Ouvidor (GO), Catalão (GO) e Cubatão (SP), e Nióbio, presente nos municípios de Catalão e Ouvidor, em Goiás.

**Fonte: Último Instante**

**Data: 20/04/2012**



## **VOTORANTIM METAIS VAI INVESTIR R\$ 500 MI**

A Votorantim Metais quer elevar em 10% o volume da produção em 2012. Para atingir a meta, a companhia irá desembolsar ao longo do ano R\$ 500 milhões em duas frentes: desenvolvimento do parque industrial e avanço dos projetos na área de mineração. "Os investimentos promoverão a melhoria da competitividade com ações voltadas para inovações tecnológicas, modernização de equipamentos e ganhos de escala", afirma Victor Breguncci, diretor comercial da Votorantim Metais/CBA. A companhia, que faturou cerca de R\$ 2,6 bilhões em 2011, projeta para este ano um aumento de 15%.

Também faz parte dos planos da empresa - líder no mercado brasileiro de alumínio primário - elevar a participação no ramo de produtos transformados. "Entre as estratégias de crescimento da companhia destaca-se a busca por aumentar o índice de produtos transformados. Hoje, das 450 mil toneladas produzidas anualmente, os transformados respondem por 40%. A meta é atingir 60% até o final deste ano", afirma. "Com esse crescimento na área de produtos transformados, é possível acompanhar a evolução do mercado, especialmente nos setores de construção civil, transportes e embalagem. O nosso crescimento está comprometido com a demanda doméstica", informa.

Por conta disso, a empresa decidiu reduzir em 15% o volume exportado. "Em 2011, os embarques totalizaram 72 mil toneladas e neste ano deverá cair para 60 mil toneladas", diz. Nos últimos três anos os investimentos ficaram na casa de R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 400 milhões foram absorvidos em 2011.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 23/04/2012**



## **VALE VAI EXPLORAR AS TERRAS-RARAS EM 2015**

As pesquisas geológicas da Vale em Minas Gerais para explorar os metais de terras-raras vão concentrar boa parte do programa de investimentos da companhia no estado, este ano, de US\$ 3

bilhões (R\$ 5,6 bilhões pelo câmbio de ontem de R\$ 1,873). A mineradora está trabalhando em estudos de viabilidade econômica para produzir esse conjunto de 17 elementos nos municípios de Araxá e Patrocínio, no Alto Paranaíba, com a meta de entrar nesse mercado dentro de três anos, informou ontem, em Belo Horizonte, o presidente da empresa, Murilo Ferreira.

“Temos uma infraestrutura em Minas que nos auxilia muito nesses projetos. Em alguns lugares, concorrentes importantes de terras-raras não contam com o benefício de já ter uma planta industrial estabelecida. No nosso caso, isso reduz o tamanho dos investimentos e facilita a entrada em operação mais rápido”, disse Murilo Ferreira, durante o lançamento no Memorial Minas Gerais, mantido pela mineradora, do livro-catálogo Minas Gerais–Vale. Insumos considerados estratégicos para a indústria de alta tecnologia no mundo, os metais de terras-raras têm altíssima intensidade magnética que permite a fabricação de superímãs, telas de tablets, computadores e celulares, fertilizantes e combustíveis.

A China detém 95% da oferta mundial, que alcança 120 mil toneladas por ano e movimenta US\$ 5 bilhões anuais. Em Minas, a Vale descobriu recentemente uma reserva na mesma região do seu projeto de exploração de fosfato em Patrocínio. O presidente da empresa já havia revelado que tem conversado com investidores que desejam se associar à mineradora no desenvolvimento da produção de terras-raras.

Com as pesquisas e estudos em curso, o objetivo, de acordo com Murilo Ferreira, é começar a ofertar o produto em 2015. “Precisamos dar uma resposta a clientes fora do Brasil que estão muito interessados”, afirmou o executivo. Ele preferiu não detalhar o cronograma dos planos da empresa para a nova área de exploração mineral, mas destacou que se trata de um segmento estratégico no programa intenso de pesquisa mineral da companhia este ano.

Os investimentos da Vale em Minas respondem por cerca de 23% do total de US\$ 12,9 bilhões que a companhia deverá aplicar no Brasil em 2012. Entre os planos mais importantes no estado, Ferreira aponta o chamado projeto Salitre, para exploração de fosfato em Patrocínio, a expansão da unidade de produção de matéria-prima para fertilizantes em Uberaba, no Triângulo Mineiro, e a ampliação da extração de minério de baixo teor de ferro, a chamada geração de minério 3.0, em Itabira, berço da companhia em Minas.

#### **Dívida ainda aguarda solução com governo**

O Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) informou ontem que foi adiada por 60 dias uma tentativa de acordo com a Vale sobre o pagamento de uma dívida de R\$ 4,7 bilhões referentes ao pagamento a menor de royalties devidos sobre a exploração de minério de ferro em Minas Gerais. A negociação com uma comissão de técnicos criada com este fim já sofreu adiamentos. O débito foi apurado em ações de fiscalização do DNPM em meados dos anos 2000.

**Fonte: Estado de Minas**

**Data: 21/04/2012**

**O ESTADO DE S. PAULO**

### **PROJETO CARNALITA GARANTE PRODUÇÃO DE POTÁSSIO POR 30 ANOS**

Um contrato para exploração de potássio em Sergipe, assinado nesta segunda-feira, 23, pelas empresas Vale e Petrobrás, no município Rosário do Catete, a 37 quilômetros de Aracaju, com

investimentos previstos de US\$ 4 bilhões, foi comemorado pela presidente Dilma Rousseff como "um acordo virtuoso".

Fruto de negociações que se arrastaram por cerca de cinco anos, o contrato vai tornar realidade o Projeto Carnalita, que prevê a produção de potássio a partir desse mineral. A expectativa é que o projeto adicione um volume anual de 1,2 milhões de toneladas à produção de potássio em Sergipe, permitindo ao País uma economia de US\$ 17 bilhões em divisas ao longo de 30 anos - período em que as minas de carnalita, a maior planta de extração de potássio no Brasil, serão exploradas. Hoje, o Brasil importa 70% dos fertilizantes que utiliza e 90% do potássio - um dos componentes de fertilizantes.

A Petrobrás é detentora legal da jazida de carnalita e a Vale vai explorar o minério. Atualmente, a Vale explora no Estado minas de silvinita, que devem estar exauridas até 2015. A produção do potássio a partir da carnalita deve ter início em 2016. Na fase de instalação da usina deverão ser contratados quatro mil trabalhadores diretos. Na operação, serão 700. Com o acordo, Sergipe se consolida como o maior produtor de fertilizantes do País.

"Somos importadores, dependentes de fertilizantes, mas não devíamos, porque somos um país com recursos naturais diversificados", destacou a presidente em seu discurso, quando disse que os dois desafios do século XXI são energia e alimento. "Este é um momento estratégico para o País porque o fertilizante é crucial para a segurança alimentar", afirmou, ao se referir ao contrato assinado.

Segundo Dilma, o Brasil vem conquistando sua autossuficiência do petróleo e descobriu o pré-sal. "Hoje somos grande potência energética e vamos nos tornar exportadores", afirmou. "O petróleo é essencial porque ainda será por algumas décadas a grande energia que movimentará as economias, garantirá as condições básicas para o país se desenvolver". Em relação aos alimentos, ela destacou sermos "um dos maiores do mundo em capacidade de produção de alimento por hectare.

No seu discurso, a presidente disse ainda ser importante que o Brasil seja hoje a sexta nação do mundo do ponto de vista da economia. "Mas o que queremos é que o Brasil seja a sexta sociedade em condições de vida da população brasileira. Isso significa trabalho decente, acesso à educação de qualidade", disse ela. "Ao lado do bolsa família, temos que dar conta simultaneamente de aumentar a oportunidade de trabalho e melhorar a qualificação do trabalhador com escolas profissionalizantes", defendeu. "O Brasil está fazendo esforço".

Estiveram presentes à solenidade os ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, do Planejamento Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e das Minas e Energia, Edson Lobão, além dos presidentes da Petrobras, Maria das Graças Foster, e da Vale, Murilo Ferreira.

O governador de Sergipe, Marcelo Deda, apontado como um dos responsáveis pelo fechamento do acordo, comemorou: "é um investimento equivalente a duas montadoras".

**Fonte: O Estado de São Paulo**

**Data: 23/04/2012**

## VALE E PETROBRÁS FECHAM ACORDO PARA PRODUÇÃO DE POTÁSSIO

*Empresas formalizaram acordo prevendo que a Vale explorará por mais 30 anos uma área da Petrobrás em Sergipe.*

Um contrato para exploração de potássio em Sergipe, assinado ontem pelas empresas Vale e Petrobrás, no município Rosário do Catete, a 37 km de Aracaju, com investimentos previstos de US\$ 4 bilhões, foi comemorado pela presidente Dilma Rousseff como "um acordo virtuoso".

Fruto de negociações que se arrastaram por cerca de cinco anos, o contrato, válido por 30 anos e que havia sido acertado em fevereiro, vai tornar realidade o Projeto Carnalita, que prevê a produção de potássio com o uso desse mineral. A expectativa é que o projeto adicione um volume anual de 1,2 milhão de toneladas à produção de potássio em Sergipe, permitindo ao País uma economia de US\$ 17 bilhões em divisas ao longo de 30 anos. Hoje, o País importa 70% dos fertilizantes e 90% do potássio - uma das matérias-primas dos fertilizantes - que usa.

A Petrobrás é detentora legal da jazida de carnalita e a Vale vai explorar o minério. Atualmente, a Vale já explora em Sergipe minas de silvinita, que devem estar exauridas até 2015. A produção do potássio com base na carnalita deve ter início em 2016. Com o acordo, Sergipe se consolida como o maior produtor de fertilizantes do País.

"Somos importadores, dependentes de fertilizantes, mas não devíamos, porque somos um país com recursos naturais diversificados", destacou a presidente em seu discurso, quando disse que os dois desafios do século 21 são energia e alimentos. "Este é um momento estratégico para o País, porque o fertilizante é crucial para a segurança alimentar."

Segundo Dilma, o Brasil vem conquistando sua autossuficiência em petróleo e descobriu o pré-sal. "Hoje, somos grande potência energética e vamos nos tornar exportadores", afirmou. "O petróleo é essencial porque ainda será por algumas décadas a grande energia que movimentará as economias". Em relação aos alimentos, ela destacou que o Brasil é "um dos maiores do mundo em capacidade de produção de alimento por hectare".

A presidente disse ainda ser importante que o Brasil seja hoje a sexta nação do mundo do ponto de vista da economia. "Mas o que queremos é que o Brasil seja a sexta sociedade em condições de vida da população brasileira. Isso significa trabalho decente, acesso à educação de qualidade."

Estiveram presentes à solenidade os ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, do Planejamento, Miriam Belchior, e das Minas e Energia, Edson Lobão, além dos presidentes da Petrobrás, Maria das Graças Foster, e da Vale, Murilo Ferreira. O governador de Sergipe, Marcelo Deda, apontado como um dos responsáveis pelo fechamento do acordo, comemorou: "É um investimento equivalente a duas montadoras".

**Fonte: O Estado de São Paulo**

**Data: 24/04/2012**

## GOVERNO LANÇA PROJETO BORBOREMA, QUE VAI EXPLORAR OURO NO RN

O Rio Grande do Norte terá a terceira maior mina de ouro do Brasil. Foi lançado pelo Governo, o Projeto Borborema, que consiste na implantação de uma unidade fabril destinada à produção de ouro na Mina Borborema, em Currais Novos. A governadora Rosalba Ciarlini assinou hoje (23) um protocolo de intenções com a empresa Cascar Mineração, subsidiária da Crusader, responsável pelas operações. O presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Ricardo Motta, prestigiou a solenidade e reforçou o apoio do Parlamento ao Projeto Borborema.

Para Ricardo, exploração da mina em Currais Novos irá projetar o Rio Grande do Norte para o mundo. "A Assembleia tem sido parceira do RN, aprovando projetos que beneficiam a população. Nossa palavra aqui, hoje, é de total apoio à implantação desta mina que significará a renovação da exploração mineral no estado. Aos senhores representantes da empresa Crusader, digo que podem contar conosco na aprovação de leis que possam facilitar a vida daqueles que vão se instalar no nosso estado", declarou.

O diretor geral da Crusader, Rob Smakman disse que estava orgulhoso com o projeto e que pretende enfrentar os desafios, realizando um trabalho de alto padrão. "Iremos construir uma enorme mina de ouro no Rio Grande do Norte", declarou. Além de Smakman, participaram do evento o diretor administrativo-financeiro Ronis Bragança e o diretor de exploração, Aidan Platel.

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Benito Gama, declarou que com a assinatura do protocolo será dada continuidade ao projeto de mineração no RN. "Temos uma matriz rica e que precisa ser mais bem explorada. O projeto da mina de ouro significa 8% da produção nacional. O nosso estado fica muito orgulhoso de receber esse projeto, pois o RN entra no mapa do mundo na área de mineração. Agradeço aos investidores pela confiança", declarou Benito.

A governadora Rosalba Ciarlini destacou a importância de atuar em parceria com a iniciativa privada. "Acreditamos que o Governo deve dar as mãos à iniciativa privada. Esse ouro já ficou muito tempo embaixo da terra. A mineração do estado pode e vai dar muitos frutos. Vai gerar oportunidades de emprego e renda. Vamos fazer o Rio Grande do Norte um estado autossustentável", declarou.

### Projeto

O Projeto Borborema vai potencializar o setor mineral no Rio Grande do Norte, que, em uma análise inicial, será responsável por aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em investimentos nos próximos três anos. Para a Mina Borborema, o investimento é de R\$ 400 milhões com estimativa de gerar 320 empregos diretos e 1.500 indiretos. A capacidade anual de produção é de cinco toneladas de ouro, o que representa cerca de 8% da produção nacional.

Além de Currais Novos, outros municípios da região Seridó serão beneficiados com a movimentação econômica gerada pelo empreendimento, principalmente no tocante ao comércio e serviços.

**Fonte: Tribuna do Norte**

**Data: 23/04/2012**

## A NOVA ONDA DE NACIONALIZAÇÕES

*Países com recursos naturais não renováveis abundantes devem ficar alertas.*

A reestatização da petrolífera argentina YPF é o mais recente episódio da nova onda de nacionalizações que vem se expandindo pela América Latina há mais de dez anos. Na Venezuela, além do setor petrolífero, foram estatizadas desde empresas dos setores elétrico e de telecomunicações até redes de distribuição de bens de consumo. Na Bolívia, entre as primeiras decisões tomadas por Evo Morales ao assumir o poder, em 2006, estiveram a estatização das indústrias de petróleo e gás e a expulsão da empresa privada que havia administrado a rede de aquedutos em La Paz. Há alguns anos, o Equador também estatizou algumas empresas petrolíferas e meios de comunicação.

Da mesma forma que em outras ocasiões no passado, esse ciclo de nacionalizações tem como pano de fundo uma fase de alta nos preços dos recursos naturais. A principal motivação para tomar o controle das empresas de petróleo e gás e de minérios é apropriar-se da renda. Na YPF, isso já havia ocorrido por meio dos controles de preços, que trasladaram as receitas diretamente aos consumidores e deixaram a empresa sem incentivos para investir.

De acordo com estudo do Banco Mundial<sup>1</sup>, os altos preços parecem ter influência muito maior nas decisões de estatizações do que outros fatores políticos ou econômicos. É um ponto importante, pois indica que as nacionalizações e privatizações não são resultado mecânico de um pêndulo ideológico. É possível que os preços dos produtos básicos sejam parte da engrenagem que coloca em movimento o pêndulo ideológico, porque os contratos entre governos e empresas privadas para a exploração de recursos naturais são estabelecidos de forma que os aumentos de preços tendam a ser apropriados em sua maior parte pelas empresas, não pelos governos.

Tudo isso implica que um sistema de contratos e impostos que realmente transfira ao governo as receitas em momentos de preços elevados e que proteja efetivamente as empresas dos riscos de expropriação poderia ajudar a desativar os ciclos de estatização e privatização.

Um bom modelo de contrato, no entanto, não é tudo, como indicam alguns traços comuns das estatizações. Há mais probabilidade de nacionalizações em países em que as desigualdades econômicas estão mais arraigadas e, especialmente, quando se percebe que as receitas da extração dos recursos naturais beneficiam minorias. É por isso que as estatizações buscam expropriar não apenas empresas estrangeiras e também ocorrem contra proprietários nacionais ou grupos étnicos ou regionais que não representam a maioria da população.

Outro traço bastante comum é que as estatizações são mais frequentes em países com instituições públicas deficientes. Nessas condições é mais factível que os governos estejam dispostos a infringir contratos e descumprir normas legais ou constitucionais, já que em tais circunstâncias os custos para sua reputação são mínimos, assim como as possíveis penas ou a rejeição política. Sem dúvida, é o caso da Argentina.

As estatizações também são mais frequentes em países com baixos níveis de educação e estruturas produtivas pouco diversificadas, possivelmente porque essas condições implicam que amplos setores da população carecem de fontes alternativas de renda e vivem em condições de instabilidade econômica. A Bolívia é um bom exemplo.

O último traço que vale a pena destacar é que as empresas estatizadas tendem rapidamente a tornar-se ineficientes. O motivo é que as empresas que ficam em mãos do Estado não podem manter os incentivos baseados no rendimento e produtividade que são característicos das empresas privadas. Isso as torna vulneráveis a eventuais quedas nos preços de seus produtos: quando o fisco mais precisa de suas receitas, essas empresas encontram-se assoladas por custos excessivos e ineficiências, com o que precisam ser privatizadas em condições pouco favoráveis para o Estado. Assim, o ciclo volta a começar.

Os países com recursos naturais não renováveis abundantes que ainda estão à margem dessa nova onda de estatizações, como Brasil, Colômbia e Peru, deveriam ficar alertas para não criar condições que possam propiciá-las.

<sup>1</sup> Roberto Chang, Constantino Hevia e Norman Loayza, "Privatization and Nationalization Cycles" (Ciclos de privatização e estatização, em inglês), Documento de Trabalho sobre Pesquisas de Política nº 5029, Banco Mundial, 2009. (Tradução de Sabino Ahumada)

**Fonte: Valor Econômico**

**Autor: Eduardo Lora**

**Data: 20/04/2012**



## **VALE MANTÉM APOSTA NO MERCADO CHINÊS**

A Vale estima que mesmo se a China, seu maior cliente global, desacelerar seu crescimento econômico, o valor agregado chinês ainda aumentará significativamente e o país pesará mais em seu faturamento total.

Rafael Benke, diretor global de assuntos corporativos da Vale, mostrou em conferência da Unctad (Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), em Doha, que entre 2002-11, quando o crescimento médio chinês foi de 10,6%, o valor agregado da economia chinesa foi de US\$ 2,7 trilhões. No caso de crescimento médio de 7% entre 2012-2021, ou seja, menor, ainda assim quase duplicará o valor agregado para US\$ 4,1 trilhões.

"O impacto da economia chinesa continuará enorme", afirmou o executivo. "Apostamos muito na urbanização da China, na infraestrutura, residencial, no crescimento da produção automobilística e somos muito positivos não são sobre o país, como sobre toda a Ásia".

As vendas da Vale para China representaram 32,4% e para toda a Ásia, 52%, de sua receita no ano passado. Para Benke, a tendência é de a participação asiática aumentar nos negócios da companhia, maior produtora e exportadora de minério de ferro do mundo.

A situação da economia chinesa está no centro das atenções na conferência da Unctad, ainda mais que mais países em desenvolvimento dependem dos negócios com os chineses.

O resultado do Índice de Gerente de Compras (PMI), indicador antecedente de atividade industrial, subiu em abril, mas a pequena subida parece ter desapontado quem esperava um claro

sinal de que a desaceleração da economia chinesa tinha sido freado de vez.

De todo modo, analistas veem tendências "estruturais" positivas, a exemplo da Vale. As famílias parecem ter voltado a aumentar sua fatia na renda nacional. A renda disponível cresceu 9,8% em um ano, e na zona rural 12,7%. Os salários de migrantes subiram até 16,6% em um ano. Pelo menos, esse é um sinal de que continua forte a demanda de mão de obra no altamente cíclico setor da construção civil e na manufatura leve, que empregam a maioria dos migrantes.

A presença da Vale na conferência ministerial da Unctad se explica por ser uma das grandes multinacionais dos países emergentes, com presença em 38 países, valor de mercado de US\$ 130 bilhões que a torna uma das 30 maiores empresas do mundo.

A Vale fez um dos maiores investimentos nos países desenvolvidos, com aquisição da canadense Inco, de níquel, em 2006. Nos últimos sete anos, a companhia investiu US\$ 104 bilhões, segundo Rafael Benke.

Uma questão em Doha foi sobre o impacto da passagem gradual de um ambiente de nos investimentos estrangeiros de liberal para mais regulatório, principalmente em setores como mineração.

"Para nós, regulação não é necessariamente negativo. O problema é quando a regulação é afoita, feita de supetão e sem consultas", afirmou o executivo da Vale. Benke mencionou como exemplo positivo a reforma do código de mineração em Moçambique, concluída recentemente de maneira tranquila, em diálogo com o setor.

Outra questão é o crescente número de países detentores de recursos naturais que procura renegociar contratos. A Vale está em fase de "ajuste de contrato" na Indonésia, para exploração de níquel. O acordo estava caducando e as discussões também vem sendo "tranquilas".

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 25/04/2012**

## **FOLHA DE S.PAULO**

### **VALE E PETROBRAS PODEM VIABILIZAR TERRAS RARAS NO BRASIL, DIZ AGÊNCIA**

A Vale poderá ter como garantia de investimento na exploração de terras raras um contrato de fornecimento de longo prazo com a Petrobras. O acordo viabilizaria a produção dos compostos minerais no Brasil, divulgou nesta terça-feira a agência de notícias Reuters.

A Petrobras atualmente importa da China a matéria-prima utilizada no processo de refino de petróleo.

De acordo com a agência, como parte de um protocolo de intenções recém-formalizado entre as duas companhias para projetos de interesse comum, Vale e Petrobras estudam como tornar viável a exploração de grandes jazidas de terras raras herdadas pela mineradora depois da compra de ativos da Bunge.

A assessoria de imprensa da Vale não quis comentar o assunto e a Petrobras não deu mais detalhes sobre o acordo com a mineradora, segundo a Reuters.

A maior produtora de minério de ferro do mundo desenvolve estudos de viabilidade para a exploração dos compostos minerais em Araxá (MG) e Catalão (GO), onde estão as maiores reservas brasileiras, ainda inexploradas.

O fornecimento da matéria-prima usada na elaboração de catalisadores indispensáveis à produção de gasolina se tornou uma preocupação da Petrobras depois que a China, a maior produtora do mundo, decidiu limitar as exportações de terras raras.

Para refinar petróleo, a Petrobras depende de catalisadores produzidos a partir de 900 toneladas anuais de óxido de lantânio, um dos 17 compostos que compõem o grupo das terras raras, segundo relatório do Ministério de Minas e Energia e Ministério de Ciência e Tecnologia sobre minerais estratégicos.

O preço da tonelada do lantânio, segundo o relatório, passou de US\$ 5,7 mil para US\$ 50 mil após a China limitar a exportação por cotas, no final de 2010. O gigante asiático é responsável por 97% da produção mundial de terras raras.

O preço pago pela Petrobras hoje estaria em torno de US\$ 20 mil a tonelada, segundo uma das fontes da agência, que pediu para não ser identificada.

De acordo com relatório do ministério, a limitação no fornecimento de terras raras pela China poderia impedir as refinarias brasileiras de produzirem plenamente, com "eventuais restrições no atendimento à demanda de gasolina e GLP [gás de cozinha]".

As terras raras também são utilizadas na produção em uma ampla gama de bens, desde telefones celulares a telas de TV.

### **Desafios da Parceria**

A produção de terras raras no Brasil requer pesados investimentos, com o desenvolvimento de processos complexos de beneficiamento, concentração e separação dos elementos em questão de minerais radioativos.

"Atenção especial deverá ser dada às questões ambientais e de saúde, uma vez que a grande maioria das fontes de terras raras identificadas no Brasil está associada à presença de tório e urânio", assinala o estudo do governo.

Para garantir viabilidade econômica ao projeto, a Vale poderia contar com um contrato de fornecimento que dará garantias para investir, disseram as fontes.

Em outras parcerias que estão sendo discutidas, a mineradora poderá ter prioridade no abastecimento de gás natural pela Petrobras. A petroleira, por sua vez, poderá usar os portos da Vale para escoar equipamentos necessários à exploração de campos de petróleo localizados em mar, inclusive no pré-sal.

As duas companhias selaram em Sergipe na segunda-feira contrato pelo qual a Vale poderá extrair potássio em área onde a Petrobras já explora petróleo.

"Tenho certeza de que esse é apenas um projeto dos vários que realizaremos juntos nos próximos anos", afirmou Graça Foster, como é chamada a presidente da Petrobras, durante a solenidade de assinatura do projeto Carnalitas.

**Fonte: Folha de S.Paulo**

**Data: 24/04/2012**



## **ALUMÍNIO: BRASIL PRECISARIA INVESTIR R\$ 63 BILHÕES ATÉ 2025**

A indústria brasileira do alumínio terá que investir R\$ 63 bilhões para atender ao crescimento projetado do consumo até 2025, que deve chegar a 4,5 milhões de toneladas. A afirmação foi feita pelo presidente da Abal, Adjarma Azevedo, durante a abertura do Congresso Internacional do Alumínio, que se realiza em São Paulo de 24 a 26 de abril, juntamente com a Expoalumínio 2012 e o XI Seminário Internacional da Reciclagem do Alumínio, promovidos pela Reed Exhibitions e Abal. Segundo Adjarma, o consumo doméstico do metal registrou crescimento médio anual de 9,8% durante os últimos cinco anos, puxado pelo aumento de renda da população, alcançando 1,5 milhão de toneladas, o que coloca o Brasil entre os dez maiores consumidores de alumínio no mundo. Porém, mesmo com o aumento do consumo o Brasil ainda fica atrás de muitos países, em termos de consumo per capita do metal, já que o brasileiro consumiu apenas 4,3 kg em 2011, enquanto os EUA, que ocupou o topo da lista, teve um consumo per capita de 31,3 kg, ou quase oito vezes mais que o Brasil. Para atingir a capacidade atual, de 1,44 milhão de toneladas de metal primário, a indústria investiu cerca de R\$ 30 bilhões nos últimos 20 anos. Para o presidente da Abal, a necessidade de investimentos em aumento de capacidade representa um grande desafio para a indústria, que está vivendo um momento difícil, devido aos elevados custos de produção – particularmente a energia – e o aumento das importações, que somaram US\$ 1,66 bilhão em 2011, contra US\$ 1,17 bilhão em 2010. Atualmente, segundo Adjarma, a energia representa cerca de 50% dos custos de produção do alumínio primário. “Os altos custos de produção e as importações podem desestruturar a indústria brasileira do alumínio, provocando a sua obsolescência, e colocando em risco 250 mil postos de trabalho diretos”, sentenciou o dirigente.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 25/04/2012**



## **AÇO: PRODUÇÃO BRASILEIRA CRESCE 2,2% EM MARÇO**

Segundo dados do Instituto Aço Brasil (IABr), a produção nacional de aço bruto atingiu 3,1 milhões t em março, incremento de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2011. As vendas internas somaram 1,9 milhão t, incremento de 1,5%, enquanto as exportações renderam US\$ 528 milhões, com embarques de 749 mil t no mês.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 25/04/2012**



## DIÁLOGO É A MARCA DA NOVA GESTÃO DO IBRAM

O Engenheiro José Fernando Coura foi apresentado oficialmente como Diretor-Presidente do IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração na noite desta terça-feira, 24 de abril. A solenidade ocorreu na sede do Instituto e teve a presença de mais de 400 convidados, entre autoridades federais, estaduais e municipais de várias partes do País, altos executivos das mineradoras, além de expressivos representantes de entidades de classe.

“A história de José Fernando Coura se confunde com a da mineração brasileira tal sua experiência e representatividade. Ele tem como uma de suas marcas principais o diálogo, a busca pela convergência. É o que o IBRAM sempre procura valorizar” – assim foi iniciada a apresentação do novo Diretor Presidente pelo anfitrião do evento, o Presidente do Conselho Diretor do IBRAM, Ricardo Vescovi de Aragão.

Ele lembrou que a mineração emprega mais de 2 milhões de pessoas e é responsável por 30% da Balança Comercial Brasileira. “O Brasil precisa se orgulhar de ter uma indústria mineral moderna, eficiente, que seja definitivamente parceira do desenvolvimento. Nós temos que construir essa relação que mostre para a sociedade que competitividade é importante, que traz emprego, renda e é fundamental que todos amadureçam esse conceito (...) Queremos que a sociedade tenha orgulho da mineração, agora e no futuro”, afirmou.

O Vice-Governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, representou o Governador do Estado, Antonio Augusto Anastasia. Ele defendeu que o setor não é, simplesmente, “uma indústria extrativa primária” e atualmente é visto como sustentável, promotor da inclusão social nos municípios das regiões mineradas. Cenário que tende a ser fortalecido com a nova gestão de José Fernando Coura. “A presença do Fernando Coura na Presidência do IBRAM é a garantia dessa trajetória positiva do Instituto e de tudo o que ele representa para o nosso País”.

O novo Diretor Presidente disse que um dos objetivos é fortalecer ainda mais a entidade para que seja a centralizadora das demandas dos diversos sindicatos patronais. Para isso, a ferramenta será o diálogo. “Evidenciaremos a sinergia entre o setor empresarial e o poder público, o que permitirá ao IBRAM ser o grande aglutinador do segmento mineral para superarmos as questões que temos pela frente”, disse.

Em sua gestão, José Fernando Coura terá pela frente a discussão nacional sobre a construção de um novo código mineral. “Não queremos ser espectadores, queremos ser protagonistas do novo marco regulatório, da criação da Agência Reguladora e da discussão da CFEM (royalty da mineração)”, afirmou. Segundo ele, é fundamental o Brasil contar com uma legislação moderna, ágil, que proporcione segurança jurídica, garanta os direitos adquiridos e que, principalmente, estabeleça atrativos para o crescimento da indústria mineral.

Outro desafio a ser enfrentado é o fornecimento de matérias-primas minerais em um momento de grande demanda, impulsionada pelas economias emergentes. “Precisamos de uma entidade forte, de alguém como José Fernando Coura com liderança, responsabilidade para dar os passos em relação ao futuro”, destacou o Presidente da Vale S.A., Murilo Ferreira.

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, lembrou que o Brasil possui uma grande vantagem comparativa com relação aos concorrentes internacionais: minérios de excelente qualidade e com baixo custo de produção. Para que esses diferenciais resultem cada vez mais em um saldo positivo para a economia brasileira, a articulação do Instituto com governos e o próprio setor produtivo é fundamental. “Fernando Coura é muito atuante, trabalhador, conhece o setor da mineração, é muito bem relacionado com as empresas e com o poder público. Tenho certeza que fará um grande trabalho à frente do IBRAM, pela sua forma correta de agir e de trabalhar”.

Além de presidir a Diretoria Executiva do IBRAM, José Fernando Coura exerce a Vice-Presidência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG e a Presidência do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – SINDIEXTRA.

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Olavo Machado Jr., impossibilitado de ir a Brasília, gravou depoimento em apoio ao novo dirigente do IBRAM.

A cerimônia de apresentação de José Fernando Coura foi muito concorrida. Estiveram presentes, entre outros: autoridades de vários Ministérios do Governo Federal, como Minas e Energia e Meio Ambiente, Senadores e Deputados Federais de diversos partidos políticos e Estados, Deputados Estaduais (inclusive Presidentes de Assembleias Legislativas), Prefeitos, Vereadores de Minas Gerais, Pará e de outras localidades, Embaixadores, Presidentes e demais dirigentes de importantes entidades de classe patronal e de trabalhadores, além de empresas, como AMIG, ABINAM, FTIEMG, Sindiextra, Simineral, Sindicato dos Geólogos de Belo Horizonte, DNPM, CPRM, Anepac, Adimb, ABIR, Sindirochas, SNIEE, SNIC, FIEPA, FIEMG, Diretores e Editores de veículos de comunicação como Hoje em Dia, Rádio Itatiaia, Rede Record, Brasil Mineral, In the Mine, Minérios e Minerales, Ecológico, Fato Relevante.

**Fonte: IBRAM**

**Data: 25/04/2012**

**Valor** ECONÔMICO

## **RECORDE NA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO**

Os efeitos da desaceleração da economia brasileira, aprofundada por desdobramentos negativos da crise na Europa e pelo freio no consumo de gigantes emergentes, não foram sentidos no setor nacional de mineração em 2011. Com crescimento de 28%, a produção mineral brasileira alcançou o patamar dos US\$ 50 bilhões no ano passado, impulsionada pelo desempenho recorde do segmento de ferro. Foram produzidas 467 milhões de toneladas de minério de ferro no país, o que representou o maior crescimento anual da história, de 25%. E para 2012, o cenário não deve ser diferente. Mesmo com as bases altas de comparação, as primeiras projeções apontam para uma continuidade de números positivos para o setor neste ano.

"A demanda global pelo minério apresentou total recuperação no ano passado", afirmou ao Valor o novo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), José Fernando Coura. O momento do setor será propício para a atuação do mineiro, nascido em Dom Silvério. Em sua primeira entrevista à imprensa - entre uma ligação e outra de políticos - Coura mostrou estimativas com otimismo. Formado em Engenharia de Minas, sócio de uma empresa de ferro-gusa, foi indicado ao cargo pelo presidente da Vale, Murilo Ferreira. "Houve melhorias nos processos produtivos brasileiros, que estão mais eficientes", disse.

Balanço do Ibram mostrou que produção mineral duplicou de tamanho entre 2009 e 2011, passando a representar 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O saldo comercial, aos US\$ 38,4 bilhões, ficou quase 30% acima do saldo total brasileiro. Tudo isso embalado pela grande estrela da mineração brasileira: o minério de ferro, que representou quase 85% das exportações do setor. O ganho foi em volume, mas também em preço. Segundo o Credit Suisse, a commodity avançou 82% desde 2007.

Com produção nacional de 90 mil toneladas, o nióbio também pesou sobre os resultados, mantendo o Brasil na liderança desse mercado (o país fornece mais de 95% do total mundial). O desempenho do metal avançou na esteira do aquecimento do mercado de ferroligas, matérias-primas importantes para os setores automobilístico e eletroeletrônico.

O avanço de quase 9% nos preços internacionais do ouro no ano passado (fechando o período em US\$ 1.532,05 por onça-troy), estimulou os investimentos e fez com que a produção do metal no país crescesse de 58 toneladas para 66 toneladas. A produção do níquel - utilizado na fabricação de aço inoxidável - também teve destaque, com avanço de 18%, para 70 mil toneladas em 2011, sendo que grande parte do impulso veio da entrada em operação do projeto de Barro Alto (GO), da mineradora britânica Anglo American.

No cobre, a situação segue o mesmo caminho. Apesar do recuo nas cotações no segundo semestre do ano passado, os projetos de exploração e produção - como o da Mina do Sossego, da Vale, no Pará - continuaram avançando no país e a produção do metal passou de 224 mil toneladas para 400 mil toneladas em 2011. O setor do alumínio, por outro lado, cresceu menos, 10%, para 31 mil toneladas de bauxita produzidas no ano passado. O setor foi pressionado pelos elevados custos de produção e pelo recuo de 22% nos preços internacionais do metal no segundo semestre de 2011. Já a produção do zinco caiu, de 288 mil toneladas para 284,4 mil toneladas.

"A variação dos preços dessas commodities foi muito forte no ano passado, mas a produção, focada no longo prazo, continua sendo impulsionada pela necessidade de desenvolvimento de infraestrutura da China. A nossa infraestrutura também está no jogo. Somos autossuficientes em todos os bens minerais necessários para esse setor", afirmou Coura.

Para este ano, o Ibram prevê avanços menores, mas ainda representativos diante dos altos patamares de comparação. Em suas primeiras projeções, a produção mineral brasileira deve alcançar os US\$ 55 bilhões, o que representaria crescimento de 10%. A produção do minério de ferro, com perspectivas de alta contínua nos preços, deve apresentar avanço de 9,4%, para 510,8 milhões de toneladas. Segundo o Credit Suisse, em abril o preço do minério estava em US\$ 151, para o produto com teor metálico de 62% de ferro.

Para atender esse potencial, os investimentos previstos para a mineração brasileira também avançaram: entre 2012 e 2016 deverão ser desembolsados US\$ 75 bilhões para projetos no país. No ano passado, o instituto previa US\$ 68,5 bilhões entre 2011 e 2015. Segundo o presidente do Ibram,

além do minério de ferro, entre os maiores destinos desses recursos está a área de fertilizantes, da qual o Brasil é dependente de importações.

Esse cenário azul para a mineração brasileira, no entanto, já começou a ser abalado, com os resultados negativos de grandes mineradoras no primeiro trimestre. Além disso, o setor vive o impasse sobre a criação do novo marco regulatório, que deve mudar as regras dos negócios e gera incertezas no mercado. "O governo sinalizou que logo enviará (os projetos) ao Congresso. Queremos ser ativos nisso", disse Coura. Ele critica a morosidade dos processos de licenças ambientais, que limitariam a velocidade de implantação dos novos projetos e reduziriam a competitividade do país no mercado internacional. "Mas só resolveremos essas barreiras com diálogo". Esse diálogo inclui, segundo ele, uma maior integração entre os sindicatos patronais e a indústria. Coura é presidente do Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 27/04/2012**



## **DIVULGAÇÃO DE CURSOS SIMEXMIN 2012**

Informamos que ainda restam vagas para os Cursos de Aperfeiçoamento em Exploração Mineral (EXMIN) que serão realizados após o SIMEXMIN 2012.

As inscrições deverão ser feitas através do preenchimento da ficha de inscrição online no link: <http://www.adimb.com.br/simexmin2012/programacao/cursos-pos-simposio>.

Maiores informação sobre inscrições podem ser obtidas com a ÉTICA Promoção de Eventos, através do email [simexmin@eticaeventos.com.br](mailto:simexmin@eticaeventos.com.br) ou pelo telefone (31) 3444-4794.

### **1 – Como Viabilizar seu Projeto e Evitar Entraves / Relacionamento com a Comunidade**

COORDENAÇÃO: Carlos H. Bertoni – ADIMB

IDIOMA: Português

DATA: 24 de maio de 2012

LOCAL: Parque Metalúrgico de Ouro Preto, MG

CARGA HORÁRIA: 8 horas (1 dia)

NÚMERO DE VAGAS: 25

### **2 – Avaliação Econômica de Depósitos Minerais**

MINISTRANTES: Jorge Pereira Raggi e Stéfano Angioletti (Goeconômica)

IDIOMA: Português

DATA: 24 de maio de 2012

LOCAL: Parque Metalúrgico de Ouro Preto, MG

CARGA HORÁRIA: 8 horas (1 dia)

NÚMERO DE VAGAS: 25

### **3 – Desing of Surficial Exploration Geochemistry Programs**

MINISTRANTE: L. Graham Closs – Colorado School of Mines/EUA

IDIOMA: Inglês

DATA: 24 de maio de 2012

LOCAL: Parque Metalúrgico de Ouro Preto, MG

CARGA HORÁRIA: 8 horas (1 dia)

NÚMERO DE VAGAS: 25

### **4 – Sedimentary-Hosted Stratiform Copper and Related Mineralization (SEG Sponsored Short Course).**

MINISTRANTE: Alexander C. Brown – Ecole Polytechnique de Montreal/Canadá

IDIOMA: Inglês

DATA: 24 e 25 de maio de 2012

LOCAL: Parque Metalúrgico de Ouro Preto, MG

CARGA HORÁRIA: 16 horas (2 dias)

NÚMERO DE VAGAS: 25

### **5 – Depósitos de Ouro Hospedados em Greenstone Belt: Canadá e Brasil – VAGAS ESGOTADAS!**

MINISTRANTE: Gema Ribeiro Olivo – Queens University/Canadá

### **6 – Trabalhando com Ferramentas Gis na Prospecção Mineral, uma Abordagem Prática – VAGAS ESGOTADAS!**

MINISTRANTES: João Henrique Gonçalves e Elizete Domingos Salvador – CPRM/Brasil